

20 OUT 1994

Com. Brasil

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Correção de rota

Se a economia fosse uma ciência exata, poderiam ser estabelecidas leis gerais sobre o comportamento de todas as variáveis que influem nos fatos econômicos, de modo que seria possível prever, com alto grau de certeza, o que aconteceria no conjunto se se atuasse sobre um grupo restrito dessas variáveis. No entanto, por depender do comportamento individual de um número muito grande de agentes econômicos, cada um com um interesse específico num determinado momento, a economia não pode estabelecer leis gerais como as que existem nas ciências exatas.

Assim, decisões tomadas sobre um determinado segmento da economia podem produzir resultados diferentes — às vezes até contrários — daqueles esperados pelos economistas. Isso ocorre com todos os programas de estabilização, por mais bem elaborados que sejam do ponto de vista técnico. Por isso, costuma-se dizer que o êxito de um programa de estabilização depende não apenas de sua qualidade técnica, mas sobretudo de sua condução, pois a cada momento surgem efeitos não corretamente calculados quando da elaboração do plano, ou até mesmo inesperados.

Correções de rota são indispensáveis nesses momentos. Corrigir rota, porém, não significa que se havia tomado, desde o início, o rumo errado. Pelo contrário. Quer dizer, apenas, que, em determinados momentos, é preciso evitar ou contornar turbulências para que o plano não se desvie do rumo original.

O Plano Real está num ponto em que precisa corrigir sua rota. Um dos problemas que ele enfrenta, e que comentamos no editorial de ontem, é o do aumento do consumo maior do que se esperava. No caso de alguns produtos, o crescimento da demanda pode ser de tal ordem que não poderá ser atendido pela oferta, o que resultará em aumento de preço. Aumentos como esse são naturais. Mas, num país ainda com forte memória inflacionária, aumentos justificados podem levar a muitos outros aumentos que só podem ser explicados pelo vício da indexação. É isso que o governo precisa evitar.

Surgem dúvidas, também, sobre a política monetária. Essa política baseia-se no rígido controle da moeda, cuja emissão, em princípio, não poderia exceder limites claramente expressos na medida provisória

que definiu as regras para o real. Esses limites, entretanto, foram mal calculados e já foram ultrapassados. Previu-se que, até 31 de dezembro, não seriam emitidos mais do que R\$ 8,5 bilhões. Como margem de segurança, admitiu-se um estouro de 20%, o que resulta em R\$ 10,2 bilhões. Já em outubro, no entanto, esse valor foi ultrapassado. Do ponto de vista técnico, isso não tem maior relevância, a não ser mostrar que os autores do plano erraram na previsão. Mas pode dar a impressão de falta de controle sobre a moeda, o que seria um sinal de que o plano não anda bem.

Outra dificuldade para o governo vem da área cambial. Com a chegada do real, o Banco Central deixou de comprar, como fizera até então, os dólares que lhe eram oferecidos. Com isso, a cotação da moeda norte-americana caiu continuamente, até chegar ao ponto mais baixo na semana passada. Só então o BC voltou a comprar, em volumes expressivos, a moeda norte-americana. A queda da cotação do dólar compromete as exportações. Mas quando o BC compra a moeda norte-americana, injeta reais na economia, e isso compromete a política monetária.

Com a decisão de antecipar para a noite de ontem o anúncio dessas medidas de correção de rumo, o governo mostrou, ao mesmo tempo, sensibilidade política e cautela na dosagem das medidas anunciadas. A antecipação responde à preocupação de não deixar terreno fértil à disposição dos especuladores, ocupando com fatos o espaço dos boatos. Quanto às medidas anunciadas, são relativamente fortes as que se destinam a conter a expansão do consumo, especialmente a que restringe a um máximo de três o número de prestações que se pode contratar em vendas ao consumidor. E são bastante cautelosas as que procuram restringir a entrada de dinheiro estrangeiro no País, o que responde à preocupação de evitar que a busca de efeitos positivos numa ponta da equação leve a efeitos negativos na outra ponta. O conjunto, à primeira vista, parece bastante equilibrado. Mas amanhã voltaremos a analisá-lo com mais vagar.

O importante para o momento é que, com essas medidas, o governo reafirma a sua disposição de manter o Plano Real no rumo que foi traçado.